

GOVERNO

Pacote trabalhista a caminho

Ministério estuda medidas para aumentar a formalização no campo e regulamentar trabalho em empresas de aplicativos

» ROSANA HESSEL

O governo prepara um pacote de medidas em comemoração ao 1º de maio, Dia do Trabalho. A ideia é anunciar, pelo menos, duas iniciativas voltadas para a melhoria das condições dos trabalhadores brasileiros. Uma delas será uma medida provisória (MP) para aumentar a formalização do trabalho rural. A MP deve criar uma entidade semelhante ao Ogmio — Órgão Gestor de Mão de Obra dos trabalhadores nos portos organizados — para a escala de pessoal em funções temporárias nas lavouras de pequenos, médios e grandes produtores.

A segunda iniciativa, que poderá ser uma MP ou um projeto de lei, ainda está sendo elaborada "com eixos estruturantes", que precisam ser definidos pelos técnicos do governo. "O pacote deve favorecer a sociedade brasileira", afirmou o ministro do Trabalho e Previdência, José Carlos Oliveira, a jornalistas, ao ser questionado se as medidas devem favorecer a candidatura do presidente Jair Bolsonaro (PL) à reeleição.

De acordo com o secretário executivo da pasta, Bruno Dalcolmo, a MP de regularização do trabalho no campo vai beneficiar "milhões" de trabalhadores rurais, para que tenham acesso aos benefícios da Previdência Social, como ocorre hoje com o Microempreendedor Individual (MEI). O anúncio do pacote deverá ser feito pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) na próxima quarta-feira, no Palácio do Planalto.

Em paralelo, disse Oliveira, a

pasta está intensificando as conversas com empregadores e trabalhadores para regulamentar o trabalho nas empresas de aplicativos, como Uber e iFood.

A expectativa dos técnicos é anunciar uma nova medida ainda neste ano, obedecendo três pilares básicos: proteger o trabalhador; preservar o negócio e, consequentemente, o novo mercado de trabalho gerado pelos avanços tecnológicos; e evitar impacto para o consumidor. Oliveira e Dalcolmo disseram, ainda, que o ministério pretende elaborar uma iniciativa para estimular a contratação de jovens.

Fila da Previdência

Na semana passada, a pasta publicou a MP nº 1.113/2022, que regulamenta o pagamento de remuneração adicional aos servidores do INSS para agilizar o atendimento. A MP prevê um extra para cada pedido analisado acima da média de cada funcionário, de 90 por mês.

De acordo com o presidente do INSS, Guilherme Mussi, o valor adicional será de R\$ 57 e, como o servidor poderá dobrar essa média, a remuneração adicional poderá chegar a R\$ 5,1 mil se o volume de análises chegar a 180 processos no mês.

Oliveira reforçou que, ainda este ano, pretende realizar um concurso para o INSS, que continua em greve e tem uma fila da perícia de pedidos que gira "em torno de 1 milhão". "O pedido é para 7,5 mil novas vagas. Sabemos que não conseguiremos para tudo isso, mas estamos negociando um número intermediário", disse.

Cláudio Cezar Castro/PR



José Carlos Oliveira pretende ainda abrir concurso, neste ano, para preencher vagas no INSS

Câmara aprova MP do Auxílio

» TAÍSA MEDEIROS

A Câmara dos Deputados aprovou, ontem à noite, o texto-base da medida provisória que cria benefício extra e estabelece o valor de R\$ 400 para o Auxílio Brasil. A MP também torna o benefício permanente. A proposta, agora, será encaminhada ao Senado. Parlamentares da base governista exaltaram a iniciativa e defenderam a união na busca por uma solução da crise vivenciada por milhares de famílias brasileiras. Apesar de votar a favor da MP, a oposição reiterou a necessidade de que se aumente o valor

do auxílio: de R\$ 400 para R\$ 600.

Tanto governistas quanto parlamentares da oposição defenderam o caráter permanente do benefício extra do Auxílio Brasil. O relator da MP, deputado João Roma (PL-BA), aceitou emenda do deputado Hugo Motta (Republicanos-PB) que pautou a permanência do benefício extraordinário. Estimativas citadas por Motta indicam a necessidade de R\$ 41 bilhões por ano para bancar a perenidade do benefício, quase o mesmo valor usado para pagar o Auxílio Brasil (R\$ 47,5 bilhões).

Os deputados da oposição defenderam um valor maior para o

benefício. Líder da minoria na Câmara, Alencar Santana Braga (PT-SP) disse que ainda persistem os efeitos da crise econômica causada pela covid-19 que justificaram o auxílio, e por isso o valor deve ser "digno".

"Ressalto a alta da inflação, que passou de 10% ao ano e vem corroendo o poder de compra do auxílio. Elaboramos destaques à matéria para alterar partes específicas da medida, inclusive para garantir que seja uma política permanente. Os deputados do governo terão de colocar o auxílio num auxílio menor que o aceitável", afirmou.

IPI terá nova redução

» MICHELLE PORTELA

O ministro da Economia, Paulo Guedes, voltou a prometer, ontem, sobre mais uma rodada de redução do imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Em fevereiro, o governo reduziu de maneira linear as alíquotas do tributo em 25% para todos os produtos, com exceção dos cigarros. Agora, o ministro fala em redução de 35% do imposto.

"Baixamos o IPI em 25% e vamos para mais uma rodada, baixando as alíquotas em até 35%. O governo vai devolver o excesso de arrecadação reduzindo os impostos", disse Guedes, durante palestra feita em seminário promovido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Receita Federal.

"Há algo de profundamente disfuncional e distorcido com o sistema tributário. Quem tem poder político, lobby em Brasília, consegue isenção de impostos. De outro lado, quem tem poder econômico procrastina o pagamento, enfrenta a Receita, vai para a Justiça e fica 15, 20 anos sem pagar."

Guedes também ressaltou que o país deve insistir na reforma tributária para se posicionar corretamente nas novas cadeias produtivas globais. Segundo ele, uma reforma tributária é fundamental para que o Brasil possa entrar para a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Economia Pagina: 8